

Resumo de Política II Género, Classe e Espaço em Maputo, Moçambique



Foto: Lizete Mangueleze

Este é o segundo de uma série de resumos sobre políticas relacionados com o projecto de investigação, “A Etnografia de uma Cidade Dividida: Socio-política, Pobreza e Género em Maputo, Moçambique” (2012–2015), financiado pelo Norwegian Research Council. O objectivo é contribuir com conhecimento etnográfico e “pontos de vista a partir da base” para os debates e esforços sobre desenvolvimento urbano e redução da pobreza em curso em Moçambique.

O QUE DIZEM AS ESTATÍSTICAS

Na literatura sobre urbanização e pobreza urbana em África, a questão do género tem recebido uma atenção limitada – apesar de um enfoque na “igualdade de género” por parte de governos e doadores e de um amplo acordo entre os investigadores quanto à ligação entre a posição das mulheres e o bem-estar do agregado familiar.

A maior parte do enfoque no género tem sido sobre o papel das mulheres na economia informal, onde tendem a dominar, e sobre o que é geralmente considerado uma “feminização da pobreza” na forma de uma crescente proporção de agregados familiares chefiados por mulheres.

Dados recentes de Moçambique e de Maputo desafiam estas hipóteses mostrando que os agregados familiares urbanos chefiados por mulheres experimentaram, ao longo dos últimos 15 anos, uma redução mais consistente da pobreza do que os agregados familiares chefiados por homens – de 65% para 45% e de 63% para 44% respectivamente.

Em Maputo, onde 29% dos agregados familiares são actualmente chefiados por mulheres, esta tendência é até maior. Aqui, pela primeira vez, os agregados familiares chefiados por mulheres têm uma incidência de pobreza mais baixa (34,6%) do que os agregados familiares chefiados por homens (35,6%).

Ao mesmo tempo, a proporção de agregados familiares chefiados por mulheres é tão alta no distrito urbano mais rico de Maputo localizado no centro da cidade (KaMpfumu) como no distrito suburbano de Nihamankulu e no distrito periurbano de KaMavota (ver INE 2009 e 2010).

Os números sobre estrutura do emprego, custo de vida, taxa de inflação e baixos salários mínimos por um lado e, por outro lado, as melhorias nas opções de geração de rendimento em partes do sector informal, podem sugerir parte da explicação da redução da pobreza feminina (Jones e Tarp 2013) mas não explicam totalmente as dinâmicas de género, espaço e classe e as razões pelas quais a percepção hegemónica de uma “feminização da pobreza urbana” parecer estar

Inge Tvedten

Lizete Mangueleze

Arlindo Uate

INDICADORES SOCIO-ECONÓMICOS, DISTRITOS DE MAPUTO

| Distrito Urbano | Proporção de AFCM | Taxa de Pobreza de AFCH | Taxa de Pobreza de AFCM |
|-----------------|-------------------|-------------------------|-------------------------|
| KaMpfumu | 28.0 | 2.0 | 2.4 |
| KaMaxaquene | 33.6 | 39.0 | 35.1 |
| Nlhamankulu | 28.6 | 26.1 | 23.7 |
| KaMavota | 28.3 | 29.2 | 26.6 |
| KaMubukwana | 29.0 | 36.3 | 34.0 |

invertida no caso de Maputo.

POLÍTICAS ACTUAIS

Desde o princípio dos anos 1990 que Moçambique tem colocado a igualdade de género no mapa político, como um resultado combinado de uma representação política relativamente forte das mulheres nos mais altos cargos públicos e da pressão de uma comunidade de doadores dominante para a qual a “igualdade de género” é hegemónica.

A Constituição Moçambicana declara que “O Estado promove, apoia e valoriza o desenvolvimento das mulheres e encoraja o seu papel crescente na sociedade, em todas as esferas de actividades políticas, económicas e sociais do país” e Moçambique é signatário de todas as iniciativas internacionais e regionais que visam promover direitos iguais para homens e mulheres.

Mais concretamente, as ferramentas mais importantes para a igualdade de género foram o estabelecimento de um Ministério da Mulher e da Acção Social e de Unidades de Género na maioria das instituições públicas; a promulgação da Lei da Família em 2002; e ONGs baseadas no género relativamente forte numa sociedade civil fraca noutros aspectos (Tvedten et al. 2010).

No entanto, estas ferramentas estão apenas parcialmente reflectidas nas políticas e intervenções de desenvolvimento urbano. O Plano de Redução da Pobreza Urbana (MPD 2010) descreve as características especiais da pobreza urbana, defende a criação de emprego e medidas de protecção social para os muito pobres e apresenta dados que implicam uma feminização da pobreza urbana.

A ‘Estratégia Nacional de Intervenção em Assentamentos Informais em Moçambique’ (MICOA 2011) analisa a actual situação e delinea possíveis intervenções baseadas na formalização de direitos e participação popular, mas não menciona especificamente o género.

O Plano Quinquenal de Desenvolvimento do Município de Maputo (2009–2013) realça a importância da infra-estrutura física para

o desenvolvimento, como estradas, água, electricidade e recolha de lixo, mas não oferece uma análise da pobreza e género.

O Programa de Desenvolvimento Municipal de Maputo II (2010-2015), do Banco Mundial, centra-se nos serviços básicos, na gestão da terra e na cooperação dos sectores público/privado mas, como na maioria de outras intervenções de doadores, a questão transversal do género desaparece quando são implementados programas e projectos concretos.

As principais razões do limitado enfoque no género, na política e nas intervenções urbanas, parecem ser um preconceito masculino entre os fazedores de política e a tendência para o género “desaparecer” como categoria nas estatísticas agregadas usadas para a tomada de decisões. Além disso, a política entre os doadores de verem o género como uma “questão transversal” diminuiu de facto os níveis de resposta a esta questão e reduz significativamente a vontade de assumir responsabilidade sobre a mesma.

CONTRIBUIÇÕES ETNOGRÁFICAS

Para melhor se compreender a dinâmica por trás da reduzida taxa de pobreza entre os agregados familiares chefiados por mulheres em Maputo, usamos uma estrutura analítica combinando um enfoque nos constrangimentos estruturais e espaciais e na intervenção de homens e mulheres. Ao mesmo tempo, reconhecemos que as actividades que as pessoas desempenham são orientadas pela sua posição particular em relações sociais desiguais e pelos discursos culturais dominantes – incluindo classe e género.

Trajectórias Históricas

Desde o tempo do encontro inicial entre o Tsonga patrilinear e o Português patriarcal, no fim do século dezanove, os espaços urbanos de Maputo foram marcados pelo género e dominados por uma ordem sociocultural de homens ou masculina, tanto em termos de relações de poder enviesadas como de regras espaciais baseadas no género (explícitas ou implícitas).

Inicialmente as mulheres foram inteiramente banidas do espaço urbano através de uma combinação de leis do passe introduzidas pelo regime colonial, pela necessidade de uma autorização assinada por um membro da família do sexo masculino e pela sua exclusão efectiva de um mercado de trabalho urbano grandemente reservado para os homens.

As mulheres que se mudaram para a cidade, seguindo a migração masculina e o colapso do sistema de apoio rural, violaram as normas socioculturais, principalmente trabalhando na agricultura urbana, como fabricantes de cerveja ou como prostitutas; em meados dos anos 1940 a maioria eram solteiras ou mães solteiras.

Ao longo do período colonial a “cidade de cimento” formal continuou a ser inacessível às mulheres indígenas, enquanto um número

crescente de mulheres se mudava para a “cidade de caniço” informal a qual era grandemente governada por regras e regulamentos tendenciosos favorecendo os homens.

Mas cidades como Maputo são também caracterizadas por oportunidades de práticas e estratégias alternativas, na forma de momentos de desordem ou resistência e das consequentes “derrapagens” da reprodução espacial orientada pelo género – todos desafiando as assimetrias estruturais em contextos urbanos.

Com o crescimento da população desde o princípio dos anos 1960, a “informalização” do espaço colonial formal e a revogação das leis do passe, a economia informal veio representar uma fonte alternativa de emprego e rendimento crescentemente importante para as mulheres que em geral estavam ainda banidas das oportunidades de emprego formal.

A partir da independência em 1975, foram reduzidas as oportunidades de emprego formal para os homens e o sector informal cresceu com a partida dos Portugueses, a subsequente quebra da economia de planificação centralizada e o desemprego que se seguiu ao ajustamento estrutural – tudo isto representando “conjunturas vitais” que abriram novos espaços urbanos para as mulheres.

Ao mesmo tempo as fronteiras entre as partes formais e informais da cidade tornaram-se mais obscuras e menos restritivas, dado que a parte suburbana da velha cidade se tornou sobrelotada e mais pobre e os mais prósperos se fixaram em áreas peri-urbanas onde encontraram mais espaço, mais tranquilidade e menos violência.

Estratégias Espaciais

Actualmente, com a recuperação económica parcial e o forte investimento no espaço central da cidade de Maputo, o emprego formal continua a ser dominado por homens, embora recebendo salários baixos. Isto faz com que a maioria dos pobres tenha necessidade de combinar o emprego formal e informal ou de procurar outras oportunidades de rendimento múltiplas.

Analisando as estratégias espaciais de homens e mulheres nos bairros 25 de Junho e Inhagoia, as pessoas tendem a separar-se em uma de três áreas da cidade: a rica e em geral inatingível ‘cidade’; o congestionado e febril mas economicamente favorável espaço “suburbano”; e os bairros ‘peri-urbanos’ com uma mistura de pessoas pobres e pessoas em melhor situação – que aí permanecem ou porque não podem permitir-se mais nada ou porque preferem uma vida mais calma.

Acompanhámos alguns homens e mulheres e os membros dos seus agregados familiares nas suas estratégias diárias através dos espaços urbanos: cerca de um terço das unidades do agregado familiar não tinham quaisquer membros que tivessem deixado o bairro. Estas pessoas são efectivamente “aprisionadas” em estruturas de opressão.

As mulheres que deixavam o bairro a intervalos regulares iam principalmente aos bairros suburbanos de Xipamanine e Alto Maé desenvolver comércio informal; a bairros vizinhos, como Cabral e Bagamoyo ‘visitar a família ou amigos’; ou a eventos sociais/religiosos, como casamentos e funerais, em áreas rurais.

Os homens faziam visitas mais frequentes à cidade para trabalhar ou à procura de emprego e rendimento; aos bairros suburbanos para ‘visitar amigos e colegas’; e aos bairros próximos – frequentemente à sede do Distrito – para resolver questões formais junto das instituições do governo.

Estas movimentações são representativas do alcance espacial de homens e mulheres que se encontram em diferentes posições socio-económicas. Para as mulheres destituídas, com poucas opções de o deixarem, o próprio bairro representa oportunidades com a sua miríade de pequenos mercados e serviços informais onde dominam as mulheres.

Por outro lado, os homens destituídos têm visto deteriorar-se a sua posição e estatuto: não são capazes de manter uma família segundo as expectativas tradicionais. Enquanto muitos parecem desistir e tornar-se preguiçosos, outros fazem trabalhos menores – como o transporte de mercadorias para as mulheres do mercado, varrer, ou roubar – que baixam ainda mais a sua posição e auto-estima.

As mulheres pobres que deixam o bairro regularmente para se dedicarem ao comércio informal, dependem de redes sociais horizontais mais amplas. As mercadorias têm de ser recolhidas num dos principais mercados grossistas e transportadas para os mercados na cidade ou nos subúrbios; também é necessária cooperação a fim de cuidarem das responsabilidades em casa no 25 de Junho ou em Inhagoia.

Há homens pobres com capacidade de deixarem o bairro e que o deixam, geralmente porque têm empregos humildes ou para procurar trabalho. A maior parte das oportunidades de emprego formal de mais baixa remuneração (como guardas de construção ou como biscateiros) está localizada na cidade ou nas partes suburbanas da cidade e precisa de relações verticais com empregadores e “intermediários”.

Os homens e mulheres em melhor situação têm geralmente qualificações académicas mais altas e emprego formal na cidade ou desenvolvem negócios informais bem sucedidos. Enquanto os homens nessas posições são capazes de viver de acordo com as expectativas de serem o ganha-pão da família e frequentemente têm mulheres que permanecem em casa, muitas mulheres podem ganhar menos mas distribuem o risco mantendo diversas actividades em curso ao mesmo tempo.

As múltiplas actividades económicas requerem relações de confiança. Estas são frequentemente estabelecidas com mulheres da vizinhança imediata, mas também através da inclusão de membros adicionais no agregado familiar – como

As principais razões do limitado enfoque no género, na política e nas intervenções urbanas, parecem ser um preconceito masculino entre os fazedores de política e a tendência para o género “desaparecer” como categoria nas estatísticas agregadas usadas para a tomada de decisões.

Este resumo baseia-se em Tvedten et al. (2011), 'Xiculungo Revisited: Assessing the Implications of PARPA II in Maputo 2007–2010. Relatório do CMI de 2011:1. Bergen: Chr. Michelsen Institute, e Bertelsen, Roque e Tvedten (a sair em 2013/14), *Transcending Dichotomies and Diversities: Discursive Dynamics of Maputo's Urban Space*. A disseminação é feita em cooperação com a Cities Alliance.

evidenciado pelo facto de os agregados familiares chefiados por mulheres tenderem a ter tantos membros como os agregados familiares chefiados por homens.

A posição de muitas mulheres nos agregados familiares chefiados por homens inibe o seu envolvimento económico activo, dadas as suas pesadas responsabilidades domésticas, ou porque os homens não querem que as suas esposas trabalhem. De facto, os homens falam consistentemente das actividades económicas das mulheres como '*actividades*' e não como trabalho (*emprego*), como que a sublinhar a sua própria superioridade.

Dada a contínua supremacia masculina tanto no espaço privado como no público, as mulheres que adquirem uma posição de independência económica e social básica dos homens, por serem *de jure* ou *de facto* chefes de agregados familiares, parecem estar em melhor posição para usarem os espaços de oportunidade da cidade.

O significado deste desenvolvimento e, conseqüentemente, a emancipação que os espaços da cidade podem representar para as mulheres, é indicado pelos agregados familiares urbanos chefiados por mulheres que experimentaram a mais consistente redução da pobreza em Moçambique; além disso, em Maputo os agregados familiares chefiados por mulheres têm actualmente uma incidência de pobreza mais baixa do que os agregados familiares chefiados por homens.

INTERVENÇÕES POSSÍVEIS

Com o importante papel das mulheres no bem-estar do agregado familiar e nas relações amistosas com a comunidade, deve ser dada maior atenção às questões de género nos esforços de desenvolvimento urbano e redução da pobreza em Moçambique – tanto pelo governo como pelos doadores.

Para além do fortalecimento do papel e da posição de negociação das organizações baseadas na comunidade existentes, devia ser avaliado o envolvimento de organizações internacionais como a 'Shack Dwellers International'.

Economicamente, o limiar para as mulheres ocuparem posições de emprego formal em ocupações dominadas pelos homens deve ser baixado através de intervenções pró-activas relacionadas com direitos iguais e salários iguais.

As actividades económicas informais devem ser protegidas de interferências indevidas na forma de perseguição e tributação – em vez de regulamentadas, o que reduzirá a flexibilidade vital para as mulheres envolvidas em múltiplas tarefas domésticas e de obtenção de rendimento.

A representação política de mulheres aos mais altos níveis deve estar reflectida ao nível das comunidades, encorajando mais mulheres a envolverem-se em política na comunidade (como chefes de bairro e de quarteirão) e em mediação (como membros dos tribunais comunitários e da polícia comunitária).

Para os muito pobres, o enfoque deve ser nos sinais emergentes de uma masculinização de pobreza extrema. Isto pode ser alcançado através do aumento dos salários mínimos e do desenho de intervenções de protecção social.

As fontes adicionais de informação são

Bertelsen, B. E., I. Tvedten and S. Roque (Forthcoming 2014). "Engaging, Transcending and Subverting Dichotomies: Discursive Dynamics of Maputo's Urban Space." Accepted for publication in *Urban Studies*.

INE (2009). *Recenseamento Geral de População e Habitação 2007*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2010). *Inquérito sobre Orçamento Familiar 2008/09. Quadros Básicos*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

Jones, Sam and Finn Tarp (2013). *Jobs and Welfare in Mozambique*. WIDER Working Paper No. 2013/045. Helsinki: World Institute for Development Economics Research.

Tvedten, Inge, Margarida Paulo and Georgina Montserrat (2008). *Gender Policies and Feminisation of Poverty in Mozambique*. CMI Report 2008: 13. Bergen: Chr. Michelsen Institute.